# **Demonstrações Financeiras**

**URA Energia S.A.** 

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

# Índice



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1.440 14º andar - Centro 80410-201 - Curitiba - PR - Brasil

Tel: +55 41 3593-0700 Fax: +55 41 3593-0719 ey.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **URA Energia S.A.** Curitiba - Paraná

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da URA Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da URA Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP-015.199/O

Ana Andréa Iten de Alcantara Contadora CRC-SC-025678

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante Caixa e equivalentes de caixa	7	94	5
	•	94	<u> </u>
	•		
Não circulante			
Intangível	8	2.118	1.422
		2.118	1.422
		2.212	1.427
	•		
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	36	2
		36	2
Não circulante			
Arrendamentos	10	276	339
Total do passivo não circulante	. •	276	339
	•	-	
Patrimônio líquido	11		
Capital social		2.000	600
(-) Capital social a integralizar		(31)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(00)	494
Prejuízos acumulados		(69)	(8)
		1.900	1.086
		2.212	1.427

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Despesas administrativas	12	(57)	(1)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		(57)	(1)
Despesas financeiras	13	(4)	(3)
Resultado financeiro, líquido		(4)	(3)
Prejuízo antes dos impostos		(61)	(4)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Prejuízo do exercício		(61)	(4)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(61)	(4)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(61)	(4)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Capit	al social			
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		600	(222)	-	(4)	374
Integralização de capital Adiantamento para futuro aumento de capital Prejuizo do exercício	11	- - -	222 - -	- 494 -	- - (4)	222 494 (4)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		600	-	494	(8)	1.086
Integralização de capital Adiantamento para futuro aumento de capital Prejuizo do exercício		1.400 - -	(31) - -	(494) -	- - (61)	1.369 (494) (61)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.000	(31)	-	(69)	1.900

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuizo do exercicio	(61)	(4)
Ajustes em: Amortização	54	-
Variações em: Fornecedores Arrendamentos	34 (63)	2 -
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(36)	(2)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisição de investimento	(750)	(710)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(750)	(710)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento Capital integralizado pelos acionistas Adiantamento para futuro aumento de capital social	1.369 (494)	222 494
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	875	716
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	89	4
No início do exercício No final do exercício	5 94	1 5
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	89	4

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A URA Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 11 de março de 2020, é uma sociedade anônima fechada, subsidiaria integral de Volga Energia S.A., tem como objetivo social administrar os bens próprios e as participações no capital de outras sociedades com o objeto social compatível, como socia ou acionista, bem como explorar atividade de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, empreender atividade de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

A Companhia tem sede e foro na Rua Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23º andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.430-180. A Companhia encontra-se ativa para exercer as suas atividades.

A Companhia depende do suporte financeiro dos acionistas sob forma de capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia, a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

# 2. Base de preparação

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

# 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, se existentes, estão incluídas nas notas explicativas.

#### b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicatica 8 - Vida útil e recuperação do intangível.

# 5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

# 6. Principais políticas contábeis

#### a) Imobilizado

#### i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados (quando aplicável), deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- a) Imobilizado--Continuação
  - i) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, exceto os terrenos que não são depreciados.

### b) <u>Instrumentos financeiros</u>

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos como 'empréstimos e recebíveis'. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos como 'outros passivos financeiros'.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros--Continuação
  - i) Ativos e passivos financeiros n\u00e3o derivativos reconhecimento e desreconhecimento-Continua\u00e7\u00e3o

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- c) Redução ao valor recuperável (impairment)
  - i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Principais políticas contábeis--Continuação

- c) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
  - i) Ativos financeiros não derivativos--Continuação
    - Inadimplência ou atrasos do devedor;
    - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
    - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
    - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
  - ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

#### iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### d) Impostos e contribuições sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### e) <u>Demonstrações dos fluxos de caixa</u>

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### f) Ativos intangíveis

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Principais políticas contábeis—Continuação

#### e) Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

#### Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não tiveram contratos onerosos no exercício apresentado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### e) Pronunciamentos novos ou revisados—Continuação

#### Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

#### Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	94	5
	94	5

# 8. Intangível

#### Composição do saldo

	2022	2021
Saldo inicial	1.422	373
Projeto eólico Urandi, gastos com desenvolvimento do projeto (i)	750	710
Direito de uso (ii)	-	339
(-) Amortização - Direito de uso (iii)	(54)	
	2.118	1.422

<sup>(</sup>i) Refere-se, substancialmente, ao custo de um projeto desenvolvido para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos das cargas e classes de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, soldagens e geologia.

(ii) Provisão de contratos de arrendamento pelo direto de uso para desenvolimento do Projeto Eólico Urandi.

#### Direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São amortizados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

#### Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

<sup>(</sup>iii) Amortização acumulada sobre o Direito de Uso de contratos de arrendamento. O valor de (54) refere-se a depreciação do ano de 2022 e o acumulado de anos anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores mercado interno	36	2
	36	2
10. Arrendamentos		
	2022	2021
Arrendamentos	276	339

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (95 contratos com vigência até 2041). A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a..

276

339

# 11. Patrimônio líquido

A acionista Volga Energia S.A. detém 100% das ações. Em 2021 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 600, equivalentes a 600.000 ações ordinárias e nominativas com o valor unitário de R\$ 1,00. Durante o ano de 2022 houve aumento no capital social da Companhia no valor de R\$ 1.400 (um milhão e quatrocentos mil reais), equivalentes a 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) ações ordinárias e nominativas com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada. Com isto o capital da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é composto de R\$ 2.000 (dois milhões de reias), equivalentes a 2.000.000 (duas mil) ações ordinárias e nominativas com o valor de R\$ 1.00 (um real) cada. O adiantamento para futuro aumento de capital de 2021 foi integralizado em janeiro de 2022 conforme a Segunda Assembléia Geral Extraordinaria protocolada na junta comercial do Paraná.

Sócio	Número de ações	Percentual capital social
Volga Energia S.A.	2.000.0000 <b>2.000.000</b>	100% <b>100%</b>
•	2.000.000	100 /8
	2022	2021
Capital social	2.000	600
(-) Capital social a integralizar	(31)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	494
Prejuízo acumulado	(69)	(8)
Patrimônio liquido	1.900	1.086

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Despesas administrativas por natureza

	2022	2021
Custas e emolumentos Mensalidades e anuidades Amortização	(2) (1) (54)	- (1) -
	(57)	(1)

# 13. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Outras despesas	(4)	(3)
Resultado financeiro, líquido	(4)	(3)

#### 14. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação contábil e valores justos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo.

### b) Gerenciamento dos riscos

A administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

#### i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com o não desenvolvimento do projeto conforme nota explicativa nº 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Instrumentos financeiros--Continuação

- b) Gerenciamento dos riscos--Continuação
  - ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

# 15. Provisão para litígios

A Companhia não possui ou fazem parte de processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no curso normal de seus negócios.

# 16. Seguros

A Companhia não possui seguros ou coberturas de responsabilidade civil, visto que a execução dos trabalhos são para o desenvolvimento de projetos e expansão do parque eólico.